



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville  
 CEP: 13560-970 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjstj.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: **0001625-64.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Assistência Judiciária - Condomínio**  
 Requerente: **Cleusa Rodrigues e outros**  
 Requerido: **Wanderlei Marques e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

É equivocado o entendimento dos réus/impugnantes, pois que há presunção legal de pobreza a partir da declaração deste estado, conforme pode ser lido no §1º do art. 4º, da Lei nº 1.060/50, que não foi revogado pelo texto do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, mas ao contrário, que segundo nossos tribunais, “*põe-se dentro do espírito da Constituição, que deseja que seja facilitado o acesso de todos à Justiça*” (RTJ 163/415 – in THEOTÔNIO NEGRÃO) <sup>1</sup>.

Vê-se, ademais, que os impugnantes não cuidaram de produzir qualquer prova acerca da atual situação financeira dos impugnados, no sentido de sua postulação, motivo pelo qual é de ser rejeitada a impugnação, atento a que *probatio incubit qui dicet*, e que *iudex debe iudicare secundum allegata et probata partium*, ou seja, que a prova incumbe a quem afirma e que ao juiz cumpre julgar segundo o alegado e provado pelas partes (cf. VICENTE GRECO FILHO <sup>2</sup>).

Em favor dos impugnados, há o fato de terem firmado a declaração de pobreza, documento que de acordo com o estabelecido pelo art. 2º da Lei 1.060/51, cria a presunção legal de “*necessidade*”, de modo que mostra-se de rigor se o ter como impossibilitados de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Isto posto, REJEITO a presente impugnação oferecida por BENEDITO APARECIDO PEDRO e CLEUSA RODRIGUES PEDRO, EZEQUIEL PEDRO e RUTH APARECIDA PEDRO contra OLGA MARIA MARQUES e WANDERLEI MARQUES, pelas razões acima. Sem custas e honorários advocatícios por ser medida incidental do processo principal.

P.R.I.

São Carlos, 06 de abril de 2016.

**Vilson Palaro Júnior**  
 Juiz de Direito

<sup>1</sup> THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 36ª ed., 2004, SP, Saraiva, p. 1.224, nota 1c ao art. 1º - LAJ.

<sup>2</sup> VICENTE GRECO FILHO, *Direito Processual Civil Brasileiro*, 16ª ed., 2003, Saraiva, SP, n. 43.5.2, p. 188.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
Rua Sourbone, 375, . - Centreville  
CEP: 13560-970 - São Carlos - SP  
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**